

<http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Noticiario.asp?id=112923>

CanalEnergia.com.br

Estudo afasta risco de falta de energia no Brasil até 2020

Segundo o Instituto Acende Brasil, cenário reflete os efeitos das crises política, econômica e setorial dos últimos anos, que levaram a queda na demanda

Wagner Freire, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Regulação e Política

14/07/2016 - 19:23h

A queda na demanda de energia afastou de vez o risco de racionamento do Brasil, pelo menos até 2020. A conclusão faz parte de um estudo elaborado pelo Instituto Acende Brasil e divulgado nesta semana. Mesmo nos cenários de maior estresse, com a demanda alta e atrasos nas obras de expansão, o risco de déficit de energia não passa do patamar de 3,95% (2017), o que é inferior aos 5% historicamente considerados como toleráveis pelo planejamento setorial.

"Não se antevê probabilidade de déficit de energia em nenhum dos cenários estudados até 2020, o que não quer dizer que não tenha oscilações de preços de energia", disse Claudio Sales, presidente da entidade, em entrevista à **Agência CanalEnergia**.

O estudo buscou avaliar a segurança de suprimento do setor elétrico, bem como realizou um diagnóstico das principais causas da crise vivenciada pelo setor elétrico deste 2013. Segundo Sales, os problemas com as baixas vazões afluentes e os atrasos na entrada de operação de novos empreendidos (geração e transmissão) foram potencializados por uma política de contratação de energia "inadequada", pela sinalização "inapropriada de preços", além da "dissonância entre os modelos computacionais oficiais e a política de operação" elétrica.

Sales costuma dizer que houve uma "tempestade perfeita" no setor, expressão que se refere à situação no qual um evento é drasticamente agravado pela ocorrência de uma combinação de circunstâncias, transformando-se em um desastre.

O estudo ainda destaca que a crise levou a uma série de medidas custosas para o consumidor de energia, entre elas a criação da Conta ACR, fundo criado para socorrer as distribuidoras por meio de empréstimos bancários que somam R\$ 17,8 bilhões; estabelecimento do regime de Bandeiras Tarifárias, que por conta da necessidade de térmicas elevam o custo para o consumidor; o "realismo tarifário", que aumentou em média 50% a tarifa dos consumidores do país em 2015; e, por fim, obrigou o governo a repactuar o risco hidrológico, cujo pagamento de obrigações da ordem R\$ 1 bilhão ainda é incerto.

O estudo ainda traz três sugestões de políticas públicas, as quais são: que o sistema de contratação de energia seja reformulado para permitir melhor gerenciamento do risco; que os modelos computacionais sejam alinhados à política operativa do Operador Nacional do Sistema; e que o governo preserve os sinais tarifários, evitando medidas que causem distorções artificiais nos preços, especialmente em anos eleitorais.

Por fim, Sales demonstrou otimismo diante das declarações da nova equipe de governo quanto ao tratamento dessas questões. "Todas as manifestações que temos percebido da nova equipe do setor elétrico estão alinhadas na direção dessas preocupações, o que nos permite acreditar que os problemas, que não são fáceis, serão tratados da forma adequada, diferentemente do que estava sendo feito no passado recente", concluiu.